

A EXPANSÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO E A EMERGÊNCIA DE SUJEITOS HISTORICAMENTE INVISIBILIZADOS NA PESQUISA GEOGRÁFICA

THE EXPANSION OF POST-GRADUATION IN THE BRAZILIAN TERRITORY AND THE EMERGENCE OF SUBJECTS HISTORICALLY INVISIBILIZED IN GEOGRAPHICAL RESEARCH

LA EXPANSIÓN DE LA POSGRADO EN EL TERRITORIO BRASILEÑO Y LA EMERGENCIA DE SUJETOS HISTÓRICAMENTE INVISIBILIZADOS EN LA INVESTIGACIÓN GEOGRÁFICA

Cristiano Quaresma de Paula

Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (PPGeo/UFPa). Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador da Rede de Geografias da Pesca. E-mail: cqpgeo@gmail.com

Resumo

Este artigo trata da influência das políticas públicas de incentivo à pós-graduação, no Brasil, na promoção de sujeitos sociais historicamente invisibilizados em pesquisas geográficas, como os pescadores artesanais. Analisando 71 dissertações e teses defendidas, entre 1982 e 2015, sobre a pesca artesanal na geografia brasileira, houve aumento no número de pesquisas e expansão geográfica. Isto se deveu aos Planos Nacionais de Pós-Graduação que levaram à expansão dos cursos de mestrado e doutorado regional e mesorregionalmente. Vale ressaltar que este processo ocorreu concomitantemente à emergência de lutas de movimentos sociais de povos originários e comunidades tradicionais, como indígenas, remanescentes de quilombolas e pescadores artesanais, entre outros. Pescadores artesanais são evidenciados, nos estudos analisados, reivindicando direitos e políticas públicas adequadas. Por meio das técnicas de análise de conteúdo de dissertações e teses e construção de mapas temáticos, em contraste com os dados sobre a expansão da pós-graduação em Geografia, observou-se a maior presença de estudos em áreas de pesquisa próximas ao programa de pós-graduação. Vale ressaltar que, no campo teórico-conceitual, tais entendimentos encontram respaldo nas abordagens críticas da geografia brasileira, que também integram argumentos sobre a colonialidade do pensamento.

Palavras-chave: pós-graduação, geografia brasileira, pesca artesanal, sujeitos, políticas públicas.

Abstract

This article deals with the influence of the public policies of incentive to the postgraduate in Brazil on the promotion of social subjects historically invisibilized in geographic surveys, like the artisanal fishermen. Analyzing 71 dissertations and theses on artisanal fishing, defended between 1982 and 2015, in the Brazilian Geography, there was an increase in the number of researches and geographical expansion. This was due to the National Postgraduate Plans that led to the expansion of masters and doctoral courses regionally and mesoregionally. It is noteworthy that this process occurs concomitantly with the emergence of struggles of social movements of originating peoples and traditional communities, such as indigenous people, remnants of quilombolas, artisanal fishermen, among others. Artisanal fishermen are evidenced, in the analyzed studies, claiming adequate public rights and policies. Through the techniques of content analysis of dissertations and theses and construction of thematic maps, in contrast to the data on the expansion of the postgraduate in Geography, it was observed the greater presence of studies in areas of research close to the program of postgraduate. It is noteworthy that in the theoretical-conceptual field such understandings find support in the critical approaches of Brazilian Geography, which also integrate arguments about the coloniality of thought.

Keywords: postgraduate, Brazilian Geography, artisanal fishing, subjects, public policy.

Resumen

Este artículo trata de la influencia de las políticas públicas de incentivo al posgrado, en Brasil, en la promoción de sujetos sociales históricamente invisibilizados en las investigaciones geográficas, como los pescadores artesanales. Analizando 71 disertaciones y tesis defendidas sobre la pesca artesanal, entre 1982 y 2015, en la geografía brasileña, hubo aumento en el número de investigaciones y expansión geográfica. Esto se debió a los Planes Nacionales de Postgrado que llevaron a la expansión de los cursos de maestría y doctorado regional y mesorregional. Es importante resaltar que este proceso ocurre concomitantemente a la emergencia de luchas de movimientos sociales de pueblos originarios y comunidades tradicionales, como indígenas, remanentes de quilombolas y pescadores artesanales, entre otros. Los pescadores artesanales son evidenciados, en los estudios analizados, reivindicando derechos y políticas públicas adecuadas. A través de las técnicas de análisis de contenido de disertaciones y tesis y construcción de mapas temáticos, en contraste con los datos sobre la expansión del posgrado en Geografía, se observó la mayor presencia de estudios en áreas de investigación próximas al programa de posgrado. En el campo teórico-conceptual, tales entendimientos encuentran respaldo en los enfoques críticos de la geografía brasileña, que también integran argumentos sobre la colonialidad del pensamiento.

Palabra clave: postgrado, geografía brasileña, pesca artesanal, sujetos, política pública.

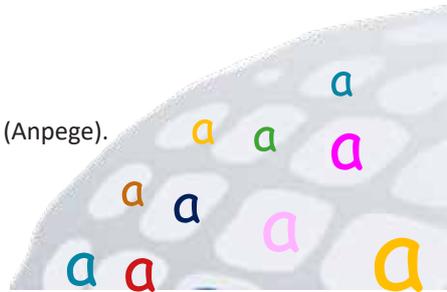
Introdução

O presente artigo expõe possibilidades e tendências na pesquisa geográfica, no Brasil, correlacionando a introdução do discurso geográfico crítico e as políticas públicas de expansão do ensino de pós-graduação. No momento presente do pensamento geográfico, são viáveis determinadas análises, que, no passado, foram consideradas menores ou irrelevantes. Nesse sentido, a pluralidade de possibilidades existe dentro de determinado contexto científico, estabelecido a partir da geografia crítica. Da mesma forma, a situação institucional da pesquisa em geografia expõe que o conhecimento é gerado dentro de determinadas condições materiais e imateriais, logo, em certa medida, está condicionado às possibilidades da pós-graduação.

No campo teórico, propõe-se a refletir sobre o pensamento geográfico constituído, principalmente, a partir do movimento de renovação (PORTO-GONÇALVES, 1978; ANDRADE, 1999; MORAES, 2005) que rompe com a lógica da geografia “tradicional” ou “clássica” e abre a discussão para a perspectiva crítica, em que se visibilizam sujeitos sociais que, até então, eram deixados à margem da pesquisa geográfica. Sendo assim, este artigo se situa no âmbito do pensamento geográfico crítico, e entende os trabalhos analisados nesta perspectiva, considerando a sua diversidade de possibilidades. Contudo, também exige referências relacionadas ao movimento de institucionalização da geografia brasileira, a partir das quais, pela característica do material analisado, serão apresentadas informações referentes à expansão dos programas de pós-graduação (SUERTEGARAY, 2003, 2007; MENDONÇA, 2005; SILVA, DANTAS, 2005; SPÓSITO, 2016).

Do ponto de vista metodológico, a teoria do pensamento complexo (MORIN, 1990) pressupõe a relação entre os métodos e o emprego de técnicas de investigação que melhor correspondam à problemática estudada. Dessa forma, a presente análise é quali-quantitativa, para estabelecer uma visão panorâmica sobre o contexto de produção da geografia brasileira sobre a pesca artesanal. Foram analisadas 71 dissertações ou teses, defendidas entre 1982 e 2015, com base em técnicas de análise de conteúdo (BARDIN, 2007), cujos resultados foram organizados em um banco de dados georreferenciado, permitindo a elaboração de representações cartográficas que dão suporte aos argumentos deste artigo.

Diante do exposto, neste artigo, se busca compreender as possibilidades decorrentes do processo de expansão do ensino de pós-graduação em Geografia e a influência do pensamento geográfico crítico sobre os estudos que expõem sujeitos sociais que, até então, eram ausentes na pesquisa geográfica, com base no exemplo dos pescadores e pescadoras artesanais brasileiros(as) (DE PAULA, 2018).



Renovação da geografia e expansão da pós-graduação em Geografia no Brasil

Nesse momento, será apresentado o contexto de ruptura com a geografia tradicional e o movimento de renovação da geografia, com ênfase na geografia crítica (PORTO-GONÇALVES, 1978;¹ ANDRADE, 1999; MORAES, 2005). Serão expostos, ainda, os Planos Nacionais de Pós-Graduação em Geografia no Brasil, que servirão de base para se compreender o avanço recente em número e áreas de estudo em diversas regiões (SUERTEGARAY, 2003, 2007; MENDONÇA, 2005; SILVA, DANTAS, 2005; SPÓSITO, 2016). Também se apresenta, regionalmente, a expressão regional das linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação em Geografia.

Ressalta-se que a compreensão da história do pensamento geográfico apresentada neste estudo não está comprometida em estabelecer fases ou periodizações bem determinadas. Andrade (1999) destaca que estas fases se interpenetram umas nas outras. Contudo, pretende-se destacar o período de “rupturas, as mudanças, as revoluções e contrarrevoluções” (PORTO-GONÇALVES, 1978) que abriu espaço para a perspectiva de pesquisa em que se encontra este artigo. Como destaca Porto-Gonçalves,

Qualquer esforço no sentido de desvendar a natureza da crise de um determinado segmento do espaço do saber deve, portanto, partir da premissa de que o trabalho intelectual, embora possuindo uma dinâmica específica, sofre influência do próprio contexto histórico que constitui a materialidade do trabalho científico. Neste ensaio, o que pretendemos fazer é exatamente lançar ao debate algumas ideias acerca de natureza da crise da geografia, tomando por base a prática dos geógrafos pensada historicamente (PORTO-GONÇALVES, 1978, s/n).

Moraes (2005) destacou, em 1982,² que o movimento de renovação da geografia decorria do rompimento com a perspectiva tradicional. A crise na geografia tradicional ensejou a busca “de novos caminhos, de nova linguagem, de novas respostas, enfim, de uma liberdade maior de reflexão e criação” (MORAES, 2005, p. 103). Assim, as certezas se diluíram em detrimento da busca constante do objeto, do método e do significado da geografia.

Andrade (1999) ressalta que a geografia tradicional (considerada, nos anos 1940, como a geografia científica), no Brasil, surgiu da necessidade de conhecimento e de mapeamento do território nacional, em um período após a Revolução de 1930, quando se viviam inquietações em todos os setores do conhecimento.

¹ Fala proferida no 3º Congresso de Geógrafos, em Fortaleza/CE (1978).

² Lançamento da primeira edição de Geografia: pequena história crítica, em 1982.

Na perspectiva da geografia tradicional, Andrade (1999) expõe que, nos anos 1940 e 1950, foram elaborados ensaios da maior importância. Entre estes, vale ressaltar a tese fundadora da cátedra de Geografia Humana da Universidade de São Paulo, *A ilha de São Sebastião: estudo de geografia humana*, de Ary França (1951). Este autor relacionou quadros naturais e humanos, a ocupação, o uso e a transformação da paisagem da ilha de São Sebastião (SP), evidenciando os “caiçaras” e abordando, entre as atividades econômicas locais, a pesca (comercial e de subsistência). Contudo, apesar de ter sido o registro mais antigo encontrado, na geografia brasileira, de estudo que aborda a pesca artesanal, nele prevalece a visão de que os pescadores/agricultores eram primitivos, pobres, e que estabeleciam técnicas de uso da natureza arcaicas, que provocavam degradação. Em França, o caminho apresentado foi o de superação dessas atividades “tradicionais”:

Aos caiçaras das gerações atuais, coube, contudo, participação muito pequena nas transformações da paisagem, embora, como cultivadores e pescadores costeiros, não tenham menor aptidões do que os seus antepassados para a destruição do patrimônio natural, com o uso das mesmas técnicas rotineiras das derrubadas e queimadas para a formação das roças. [...]

Da pesca comercial pouco se poderá esperar para a melhoria das condições de vida dos habitantes locais, diante dos novos processos que a estão libertando de bases em portos locais e já determinam a sua decadência na ilha. Nos quadros de uma nova economia, com bases comerciais que se impõem, serão necessários transportes marítimos e terrestres eficientes, adaptados às condições regionais e aos produtos. Neles residirá o aproveitamento de uma das maiores vantagens dessa ilha e fachadas litorâneas: a situação geográfica (FRANÇA, 1951, p. 180-182).

Moraes (2005) observa que a crise da geografia tradicional e o movimento de renovação começaram a se evidenciar já em meados dos anos 1950. A década de 1960 foi marcada por incertezas e questionamentos difundidos por vários pontos, até que, a partir de 1970, considera-se que “a geografia tradicional está definitivamente enterrada”. Contudo, esse autor ressalta que “manifestações dessa data em diante vão soar como sobrevivências, resquícios de um passado já superado” (MORAES, 2005, p. 103).

Como destaca Porto-Gonçalves (1978), “as crises de hegemonia são provenientes da não-resposta de uma dada “visão” a uma realidade historicamente determinada e, portanto, não satisfatoriamente explicada, segundo as necessidades daqueles que controlam as instituições”. Dessa forma, uma “nova visão” somente será válida enquanto satisfazer a expectativa dos que a tornaram hegemônica, garantindo seu *status* de “científica”.

O movimento de renovação da geografia estabelece um tempo de críticas e de propostas no âmbito desta disciplina. Para Moraes (2005, p. 103), “os geógrafos vão abrir-se para

novas discussões e buscar caminhos metodológicos até então não trilhados”, e, portanto, entende que esta crise é benéfica, uma vez que introduz um pensamento crítico “frente ao passado dessa disciplina e seus horizontes futuros”. Assim, os geógrafos se insurgiram contra a geografia tradicional, muito descritiva e preocupada com a nomenclatura (ANDRADE, 1999, p. 28).

Moraes (2005) apresenta três campos de forças que levaram à crise da geografia brasileira: a alteração na base social em decorrência do desenvolvimento do modo de produção capitalista (monopolista), a incapacidade de a linguagem e os métodos da geografia oferecerem suporte à interpretação da realidade cada vez mais complexa e a ruína do pensamento filosófico no qual a geografia se assentava (positivismo).

Moraes (2005, p. 107) expõe um “mosaico da geografia renovada” que é bastante diversificado, abrangendo um amplo leque de concepções, mas que pode ser agrupado, de acordo com os seus propósitos e posicionamentos políticos, em dois grupos: “um pode ser denominado Geografia Pragmática e o outro Geografia Crítica”.

Andrade (1999) ressalta que o momento político dessa época acabou favorecendo uma ou outra abordagem. Este autor entende que “a partir do golpe de 64, estimulado pelo governo militar, surgiu no estudo das ciências sociais uma tendência quantitativa com grande repercussão no campo da geografia. Nascia assim, a chamada geografia quantitativa ou teórica” (ANDRADE, 1999, p. 29). Esta renovação interessava ao governo militar, porque os trabalhos estavam “baseados exclusivamente em estatísticas, projetavam o crescimento econômico, deixando à margem as implicações sociais e ecológicas desse crescimento” (ANDRADE, 1999, p. 29).

No caso da geografia crítica, Andrade contextualiza que, com a “abertura política e a possibilidade de discussão maior dos temas científicos nas universidades, surgiram várias correntes, que são chamadas geralmente de Geografia Crítica” (ANDRADE, 1999, p. 29). Ele destaca que, dentro desta abordagem, encontram-se várias perspectivas que devem ser devidamente compreendidas para não serem tomadas como iguais.

A denominação “geografia crítica” ressalta “uma postura radical, frente à geografia existente (seja tradicional ou pragmática), a qual será levada ao nível de ruptura com o pensamento anterior” (MORAES, 2005, p. 119). Este autor complementa que

Porém, o designativo da crítica diz respeito, principalmente, a uma postura frente à realidade, frente à ordem constituída. São os autores que se posicionam por uma transformação da realidade social, pensando o seu saber como uma arma desse processo. São, assim, os que assumem o conteúdo político de conhecimento científico, propondo uma Geografia militante, que lutam por uma sociedade mais justa (MORAES, 2005, p. 119).

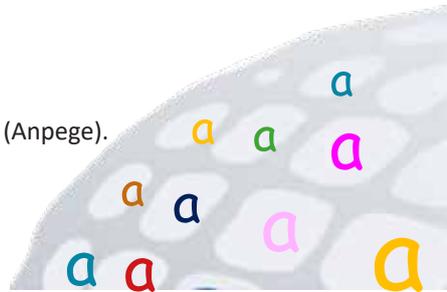
A atuação da geografia crítica também questionava a estrutura acadêmica, “que possibilitou a repetição dos equívocos: “mandarinato”, o apego às velhas teorias, o cerceamento da criatividade dos pesquisadores, o isolamento dos geógrafos, a má formação filosófica etc.”, e, ainda segundo este autor, a “despolitização ideológica do discurso geográfico, que afastava do âmbito dessa disciplina a discussão das questões sociais” (MORAES, 2005, p. 120).

Moraes (2005) aponta que, no âmbito da geografia crítica, obedecendo seus objetivos e princípios, convivem propostas díspares. Logo, não se trata de um conjunto monolítico, mas de um conjunto de argumentos de perspectivas diferenciadas.

A unidade da Geografia Crítica manifesta-se na postura de oposição a uma realidade sócia e espacial contraditória e injusta, fazendo-se do conhecimento geográfico uma arma de combate à situação existente. É uma unidade de propósitos dada pelo posicionamento social, pela concepção de ciência como momento das práxis, por uma aceitação plena e explícita do conjunto político do discurso geográfico. Enfim, é uma unidade ética. Entretanto, esses objetivos unitários objetivam-se através de fundamentos metodológicos diversificados, no âmbito da Geografia Crítica. Esta apresenta um mosaico de orientações metodológicas bastante variado: estruturalistas, existencialistas, analíticos, marxistas (em suas várias nuances), ecléticos etc. Aqui a unidade se esvanece, mantendo-se como único traço comum o discurso crítico (MORAES, 2005, p. 131).

Dessa forma, há, segundo este autor (2005, p. 131), “uma unidade ética, substantivada numa diversidade epistemológica”, e tal diversidade estimula o debate, gera polêmicas e faz avançar colocações, pois “onde há discussões há vida, onde há debate aflora o pensamento crítico, onde há polêmica há espaço para o novo, para a criação”. A geografia, na atualidade, questiona “verdades” fossilizadas, busca novos caminhos e questiona velhas concepções (MORAES, 2005, p. 131).

Ressalta-se que é fundamental compreender que a geografia brasileira não está construída, “não concluiu ainda o seu processo evolutivo, ela segue um processo de construção que nunca terá fim, à proporção que vai sendo construída, vai descortinando novos desafios que precisam ser respondidos” (ANDRADE, 1999, p. 32). Este devenir não se encerra, uma vez que a construção implica em uma permanente reconstrução. “A solução de problemas vai sempre provocando o surgimento de novos problemas, em vista das transformações que a sociedade vai realizando” (ANDRADE, 1999, p. 32).



Há a confluência entre o período de renovação da geografia brasileira e a criação e expansão dos programas de pós-graduação. Suertegaray (2003, 2007), Mendonça (2005), Silva e Dantas (2005) e Spósito (2016) analisaram a expansão dos programas de pós-graduação em Geografia, no território nacional, atentando para sua distribuição regional e para o seu movimento em direção ao “interior”. Ressalta-se, nesse ponto, que estão sendo considerados os programas no contexto do Sistema Nacional de Pós-Graduação,³ logo, tal expansão está articulada com as políticas nacionais de fomento ao ensino de pós-graduação.

Quanto às décadas de 1970 e 1980, Suertegaray (2007, p. 11) enfatiza que “os primeiros cursos de pós-graduação em Geografia a integrarem o Sistema Nacional de Pós-Graduação foram os de Geografia Humana e de Geografia Física da Universidade de São Paulo, criados em 1971”. Na sequência, foram criados os cursos de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1972) e o da Universidade Estadual Paulista – Rio Claro (1977). Na década de 1980, foram criados os cursos de pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (1985), da Universidade Federal do Sergipe (1985), da Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente (1988) e da Universidade Federal de Minas Gerais (1988). No total, foram oito cursos implantados, cinco deles na Região Sudeste, dois no Nordeste e um na Região Sul (SUERTEGARAY, 2003, 2007; SILVA, DANTAS, 2005; SPÓSITO, 2016).

A instituição da geografia como ciência foi marcada por forte influência das universidades estaduais paulistas, especificamente as detentoras da modalidade de doutorado. A USP (Programas de Geografia Física e Geografia Humana), seguida pela UNESP/RC, influenciaram na construção da Escola Geográfica Brasileira, gestada nos moldes da Escola Francesa, voltada para o entendimento da realidade brasileira e como reflexo da política de modernização empreendida. A ruptura dessa lógica somente se inicia nos anos 1990, e tem continuidade nos 2000 e 2010, guardando, cada um dos períodos, suas especificidades (BRASIL, 2016, p. 2).

De 1990 a 1999, a pós-graduação em Geografia atingiu 19 cursos. Na década de 1990, houve a indicação do princípio do movimento de expansão. Ampliou-se o número de cursos de Geografia no próprio Sudeste, além do eixo das universidades estaduais paulistas, sendo a maioria deles em instituições situadas em capitais. Foram criados três cursos no Sudeste, três no Sul, dois no Nordeste e dois no Centro-Oeste (SUERTEGARAY, 2003, 2007; SILVA, DANTAS, 2005; SPÓSITO, 2015).

Suertegaray aponta que, até 2005,

³ O Sistema Nacional de Pós-Graduação foi orientado pelo Parecer CFE nº 977/65.

Em termos totais, a área contava com 32 cursos de mestrado e 15 de doutorado. Estes dados indicam que a área tende a manter a expansão, e, para o futuro próximo, prevê-se um incremento de novos cursos de doutorado e uma tendência à interiorização dos cursos de mestrado. Além desta expansão em relação à solicitação de novos mestrados, a demanda cresce a partir das regiões Norte e Nordeste, que ainda apresentam carência de cursos de pós-graduação em Geografia (SUERTEGARAY, 2007, p. 13).

Considerando o processo de deslocamento de profissionais do interior para os programas de pós-graduação, Mendonça observa que

Tem sido mais fácil o sistema promover o deslocamento de um considerável número de pessoas do “Brasil profundo” (ou hinterland) em direção aos “grandes centros” que criar e implementar programas-piloto de formação e pesquisa nas chamadas “áreas (geográficas) carentes”. Críticos afoitos concebem este tipo de ação como sendo um novo tipo de “colonialismo interno”, nomeação fácil que perpetua a geopolítica concentradora e deslocacional. Este processo mais antigo de um tipo particular de colonialismo, parece importante assinalar, não passa somente na reprodução muitas vezes acrítica do “conhecimento” conduzido nas malas em intermináveis viagens e na mente exausta, ele tem que ser permanentemente repetido até às mais distantes fronteiras administrativas e imateriais do território nacional, vangloriado e reificado. Geográfico de primeira grandeza, ele torna-se, surpreendentemente, muito mais importante que o próprio lugar (MENDONÇA, 2005, p. 9).

Cabe destacar que, em 2005, entrou em vigor o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010. O diagnóstico que baseia este documento destaca que

Ainda que, de certa forma, os três planos anteriores tenham manifestado preocupações com as mesmas [as assimetrias entre regiões], inclusive com sugestões de políticas direcionadas, a realidade mostra que seus executores não conseguiram implementá-las em sua plenitude. O sistema continua concentrado na Região Sudeste. Independentemente de políticas direcionadas, nos últimos anos, a Região Sul vem encontrando estratégias desenvolvimentistas e consolidando seus programas, de sorte a ocupar, hoje, lugar de visibilidade no sistema. O Nordeste alcançou algum destaque, porém, ainda apresenta assimetrias entre os seus estados. No Centro-Oeste, o quadro de assimetrias é ainda mais acentuado, uma vez que a pós-graduação concentra-se em Brasília. E, no Norte, região de extrema importância nacional pela sua dimensão e diversidade, encontra-se uma pós-graduação incipiente, com concentração em dois estados de uma região de dimensão continental (BRASIL, 2005, p. 45).

Dessa forma, o PNPG estava concentrado na redução de assimetrias regionais de distribuição da pós-graduação no Brasil. Para garantir o “crescimento harmônico”, esse plano definia que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste integrassem as políticas de fomento à pós-graduação. Também se pretendia, com isso, diminuir as assimetrias intrarregionais (BRASIL, 2005, p. 89).

Consequentemente, no decênio 2000-2009, a pós-graduação em Geografia atingiu o número de 41 cursos. Neste período, foi possível vislumbrar o processo de expansão em dimensão nacional. Foram criados seis programas no Centro-Oeste, seis no Sul, dois no Nordeste, três no Norte e cinco no Sudeste. Esse período foi marcado pela expansão de cursos de doutorado: 18 cursos (BRASIL, 2016).

No campo da política da pós-graduação, em 2011, entrou em vigor o Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020). Neste plano, foi diagnosticado que as assimetrias entre grandes regiões foram reduzidas, contudo, o plano apresenta assimetrias no âmbito das mesorregiões, ou seja, dentro das unidades da Federação:

Porém, a mesma análise permite verificar que todas as unidades da Federação possuem mesorregiões com significativas assimetrias nos mesmos indicadores, sugerindo que as políticas de indução à redução dessas assimetrias devem contemplar a análise dos indicadores nacionais por mesorregiões brasileiras (BRASIL, 2011, p. 146).

Dessa forma, o PNPG, em suas recomendações, propõe a redução de assimetrias em nível mesorregional:

Nos planos anteriores, a questão das assimetrias foi focalizada tomando-se como parâmetro as regiões e as unidades da Federação. No Plano 2011-2020, será adotada a distribuição geográfica por mesorregião. A incorporação desse indicador agrega precisão ao diagnóstico. Com isso, torna-se possível identificar diferentes graus de consolidação na formação de recursos humanos em nível de pós-graduação, desde a incipiência até a excelência, independentemente da unidade da federação ou macrorregião (BRASIL, 2011, p. 297).

Assim, se observa o avanço na criação de programas de pós-graduação rumo ao interior, fora das capitais dos estados, bem como em instituições estaduais. De 2010 a 2016, a pós-graduação em Geografia, no Brasil, envolveu 64 cursos. Foram criados dois cursos novos, na Universidade Federal de Roraima (UFRR) e na Universidade Federal de Tocantins (UFT). Nas demais regiões, o movimento de expansão prosseguiu com a criação de programas de pós-graduação no Nordeste (7), no Sul (2), no Centro Oeste (3) e no Sudeste (7). Ressaltam-se também o aumento do número de cursos de doutorado (35) e a criação de programas de mestrado profissional (4) (BRASIL, 2016).⁴

Para se pensar essa periodização da realização de pesquisas sobre pesca artesanal na geografia brasileira, é fundamental consultar Suertegaray (2003, 2007), Mendonça (2005), Silva e Dantas (2005) e Spósito (2015), que discutem a expansão da pós-graduação em

⁴ Em 2019, foram aprovados programas de pós-graduação na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e na Universidade Federal do Acre (UFAC), contemplando todas as unidades da Federação.

geografia no Brasil. Nesse sentido, cabe enfatizar os Planos Nacionais de Pós-Graduação de 2005-2010 e 2010-2020, que fomentaram a expansão da pós-graduação em níveis regional e mesorregional, respectivamente. Assim, a expansão das pesquisas – que, nesse caso, tinha um horizonte de expansão até 2020 – estava diretamente relacionada com políticas de Estado, mas foi interrompida, em 2016, com o golpe de Estado que destituiu a presidente Dilma Rousseff (GUILHERME, 2017). Como este processo analítico se encerrou em 2015, não foi possível avaliar a repercussão dos cortes do novo governo em “gastos” públicos nos setores de ciência, tecnologia e inovação, e, por extensão, nas pesquisas da geografia sobre a pesca artesanal.

Outro fator que se entende que tem propiciado o maior aumento no número de pesquisas em alguns programas de pós-graduação em detrimento de outros se refere à pluralidade de abordagens, característica do momento atual da geografia brasileira (MORAES, 2005). Isto se evidencia nas linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação que estão relacionadas aos grupos de pesquisa, às orientações, às disciplinas ofertadas etc. Neste estudo, as nuvens de palavras⁵ foram elaboradas por meio de informações disponíveis nos *websites* dos 64 programas de pós-graduação ligados à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação (ANPEGE), em 2017, com o auxílio do *software* NVivo®, e evidenciam distinções em nível regional (Figuras 1, 2, 3, 4 e 5).

A região Norte (Figura 1) tem a emergência na discussão sobre a gestão do território, no âmbito da pós-graduação. Nesta região, também há grande interesse nos estudos a respeito da natureza, que se expressa na paisagem da Amazônia. Destaca-se a relevância do conhecimento constituído sobre a Amazônia e pelos amazônidas, intensamente fomentado por editais próprios decorrentes do PNPG 2005-2010.

Figura 1 – Nuvem de palavras, linhas de pesquisa dos PPGs (Geografia) da Região Norte.



Fonte: Elaborado por De Paula (2018).

⁵ Nuvem de palavras é um recurso gráfico criado, nesta pesquisa, a partir do software Nvivo, a fim de destacar as palavras mais recorrentes entre as expressões que compõem os títulos das linhas de pesquisa.

A Região Nordeste (Figura 2), que expõe um número significativo de pesquisas, também é favorecida no que diz respeito às linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação. A questão territorial é enaltecida, nos estudos que pretendem analisar a dinâmica de produção do espaço. Nesse sentido, cabe destacar as particularidades regionais evidenciadas nas linhas de pesquisa, como a situação de diversas cidades litorâneas, as políticas públicas, o desenvolvimento e o planejamento. A natureza se exprime na análise da paisagem e das características ambientais, por meio de diversas metodologias.

Figura 2 – Nuvem de palavras, linhas de pesquisa PPGs (Geografia) da Região Nordeste.



Fonte: Elaborado por De Paula (2018).

Na Região Centro-Oeste (Figura 3), as propostas de pesquisa estão muito centradas na análise do espaço e do ambiente, de forma que enfatizam dinâmicas de gestão, de planejamento, de produção, de ordenamento e de representação. A análise ambiental se evidencia no sentido do uso de geotecnologias e da repercussão de políticas.

É importante observar a predominância das pesquisas de mestrado no universo analisado (85,92%), no Brasil. As pesquisas de doutorado também são frequentes (14,08%) do total identificado. Outros tipos de pesquisas ocorrem, como de pós-doutorado e monografias de conclusão de curso, entretanto, pela dificuldade de acesso aos materiais na íntegra, se optou por restringir esta análise às teses e dissertações.

Nesse ponto, tratando especificamente dos trabalhos que foram considerados nesta análise, será elaborada uma periodização por instituição (Figura 7). No período de 1982 a 2000, no universo analisado, foram defendidas dissertações na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na Universidade Federal Fluminense (UFF) e na Universidade de São Paulo (USP) – Geografia Humana (3), totalizando cinco dissertações. Até o ano 2000, ainda não se encontrou nenhuma defesa de tese que abordasse a pesca artesanal.

De 2001 a 2005, foram defendidas duas dissertações e três teses. As dissertações foram apresentadas na Universidade Federal do Ceará (UFC), na Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Presidente Prudente/SP, e na USP – Geografia Humana. Destas teses, cabe destacar que duas foram defendidas em programas de pós-graduação de outras áreas e uma em Geografia Humana da USP.

De 2006 a 2010, houve um salto de trabalhos realizados sobre pesca na geografia brasileira. Neste período, foram defendidas 21 dissertações: Universidade Federal do Amazonas (UFAM) (2), Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2), Universidade Estadual do Ceará (UECE) (2), UFC (2), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) (2), Universidade Federal do Pará (UFPA) (3), UFPE (2), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) (2), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) Francisco Beltrão (2), Universidade Federal do Rio Grande (FURG) (2), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FURG) (2), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (2), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (2) e duas em programas de pós-graduação de fora da área de geografia. Também foram defendidas duas na Geografia Humana da USP.

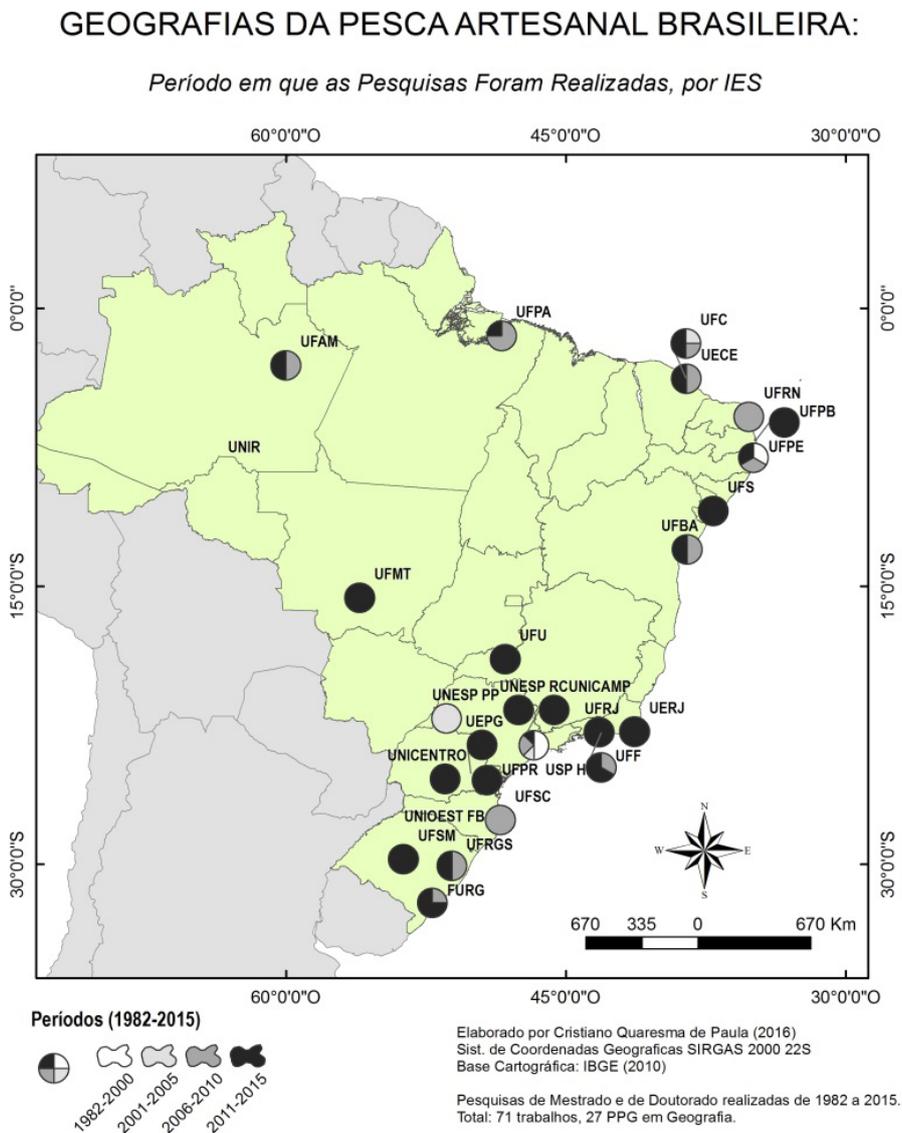
Enaltece-se a expansão, nesse período, entre os estados do Nordeste brasileiro, sobretudo nos cursos de mestrado, contudo, as teses de doutorado e pós-doutorado que ocorreram ainda estavam limitadas ao estado de São Paulo, principalmente à Geografia Humana da USP.

De 2011 a 2015, foram defendidas 33 dissertações e 5 teses. Estes trabalhos foram apresentados na FURG (3), PUC-Rio, Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), UFAM (2), UFBA (2), UFC (2), UFF,

Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) (3), UFPA, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), UFPE, Universidade Federal do Paraná (UFPR), UFRGS, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (2), Universidade Federal de Sergipe (UFS), UFSM, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2), Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), UNIOESTE de Francisco Beltrão e em outro programa externo à área de geografia. As teses foram defendidas na UECE, UFF, UNESP Rio Claro, USP (Geografia Humana) e em outro programa de pós-graduação.

Nesse período, continuou a expansão das pesquisas sobre pesca artesanal na geografia, em todos os níveis da formação. Foi um período em que ocorreram defesas de dissertações em todas as regiões brasileiras. Também houve a expansão nas pesquisas de doutorado para outras regiões além do Sudeste.

Figura 7 – Mapa da periodização das pesquisas por Instituição de Ensino Superior.



Fonte: Elaborado por De Paula (2018).

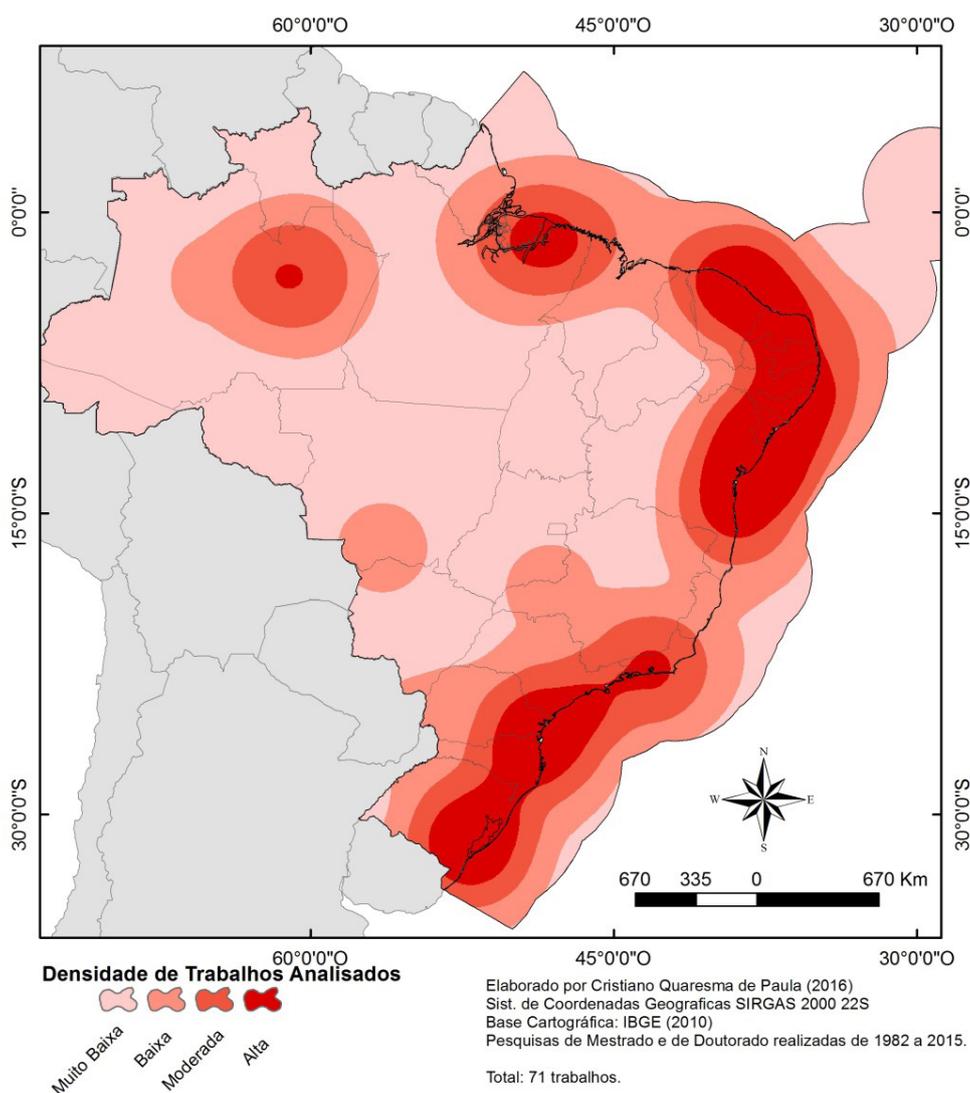
Áreas de estudo abordadas nas dissertações e teses

Tendo compreendido onde e quando foram realizadas tais pesquisas, do ponto de vista institucional, neste momento, esta análise será realizada a partir das áreas de estudo. A Figura 8 expõe o mapa de densidade das áreas em que ocorreram essas pesquisas, no Brasil. Se for comparado este mapa com o de densidade de instituições (Figura 6), conclui-se que há uma maior concentração das instituições de pesquisa do que das áreas de estudo. Ainda se observa que algumas áreas que concentram muitas instituições (como a Região Sudeste) não apresentam densidade tão elevada de áreas de estudo, o que tem relação com a diversidade de propostas de pesquisa dos programas.

Figura 8 – Mapa de densidade de pesquisas analisadas.

GEOGRAFIAS DA PESCA ARTESANAL BRASILEIRA:

Densidade de Trabalhos Analisados



Fonte: Elaborado por De Paula (2018).

Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege).
p.39-70, V.14, n.25, ago./out. 2018.

Destaca-se a área de alta densidade sobre os estados do Nordeste e Sul e em pontos mais concentrados do Sudeste e do Norte. Há a prevalência de pesquisas na região litorânea, em detrimento das águas interiores.

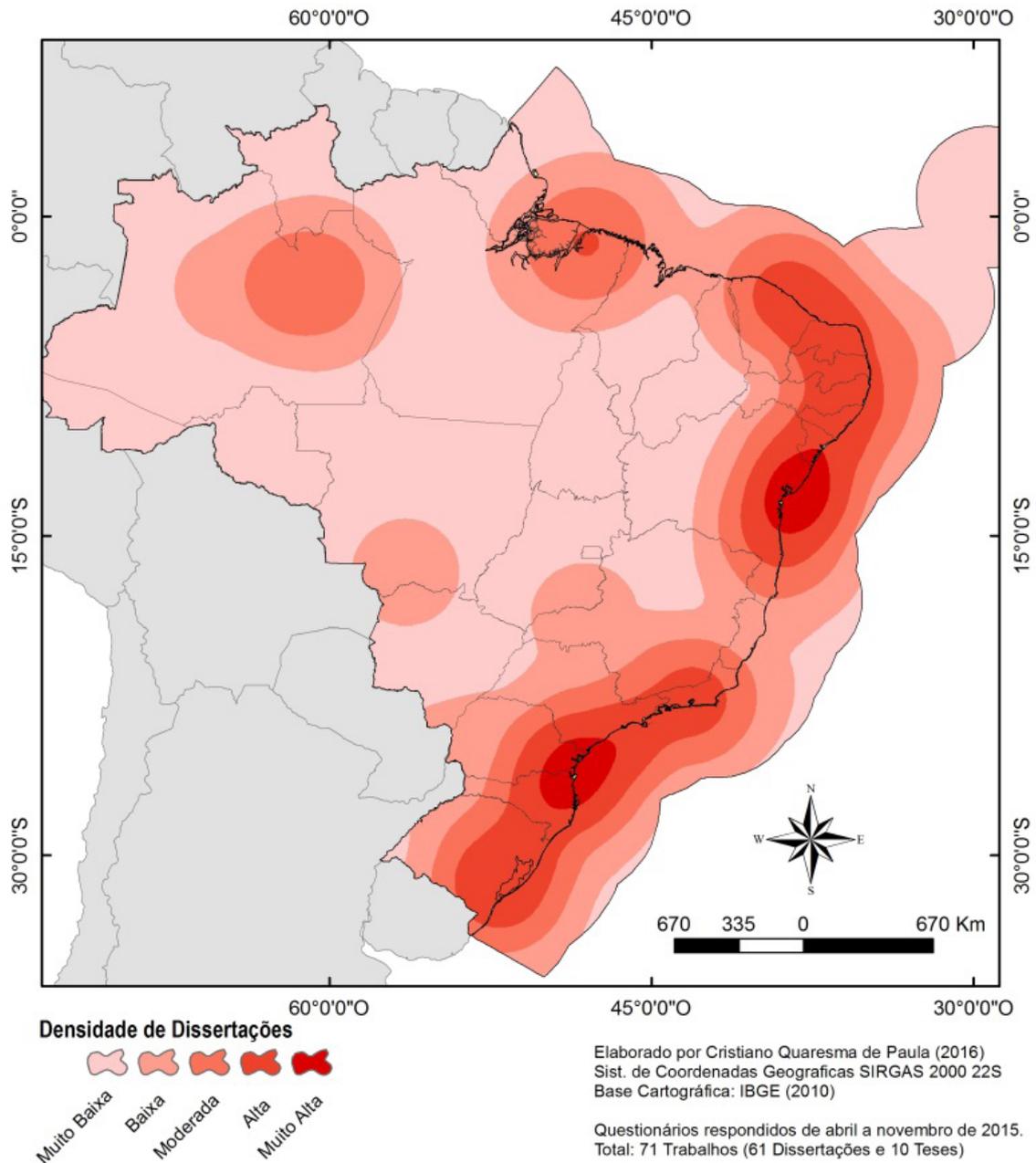
Ressalta-se que ocorrem pesquisas com densidade moderada-alta na região amazônica. Nas áreas de densidade baixa ou moderada que não estão na costa, existem importantes corpos d'água, como é o caso da complexa rede hidrográfica amazônica, do Pantanal Mato-Grossense, do estuário do rio São Francisco, do rio Araguaia e do lago Itaipu.

O mapa de densidade dos trabalhos em geografias da pesca exprime, de forma considerável, em abordagens dos geógrafos, a evidência das problemáticas dos pescadores no Brasil. As áreas de densidade alta assumem protagonismo nestas abordagens e são demonstrados potenciais para o diálogo entre os geógrafos. As áreas de densidade moderada e baixa se põem como possibilidade para se tramar uma rede de cooperação e ações conjuntas.

Ainda para se caracterizarem essas pesquisas, foi relevante compreender os estágios da formação acadêmica em que foram realizadas. As dissertações de mestrado (Figura 9) foram os trabalhos mais numerosos considerados nesta análise. Foi a principal modalidade de trabalhos analisados (61) de todas as regiões brasileiras. Só na Região Nordeste, estão 37,70% das dissertações de mestrado analisadas. Na sequência, têm-se as regiões Sul (22,95%) e Norte (19,67%) no número de dissertações. A Região Sudeste concentrou 16,39% das dissertações de mestrado e a Centro-Oeste somente 3,28%. Há uma distribuição dessas dissertações em todo o Brasil, com destaque no Nordeste e menor número no Centro-Oeste.

Figura 9 – Mapa de densidade de trabalhos (dissertações de mestrado).

GEOGRAFIAS DA PESCA ARTESANAL BRASILEIRA:

Densidade de Trabalhos (Dissertações de Mestrado)

Fonte: Elaborado por De Paula (2018).

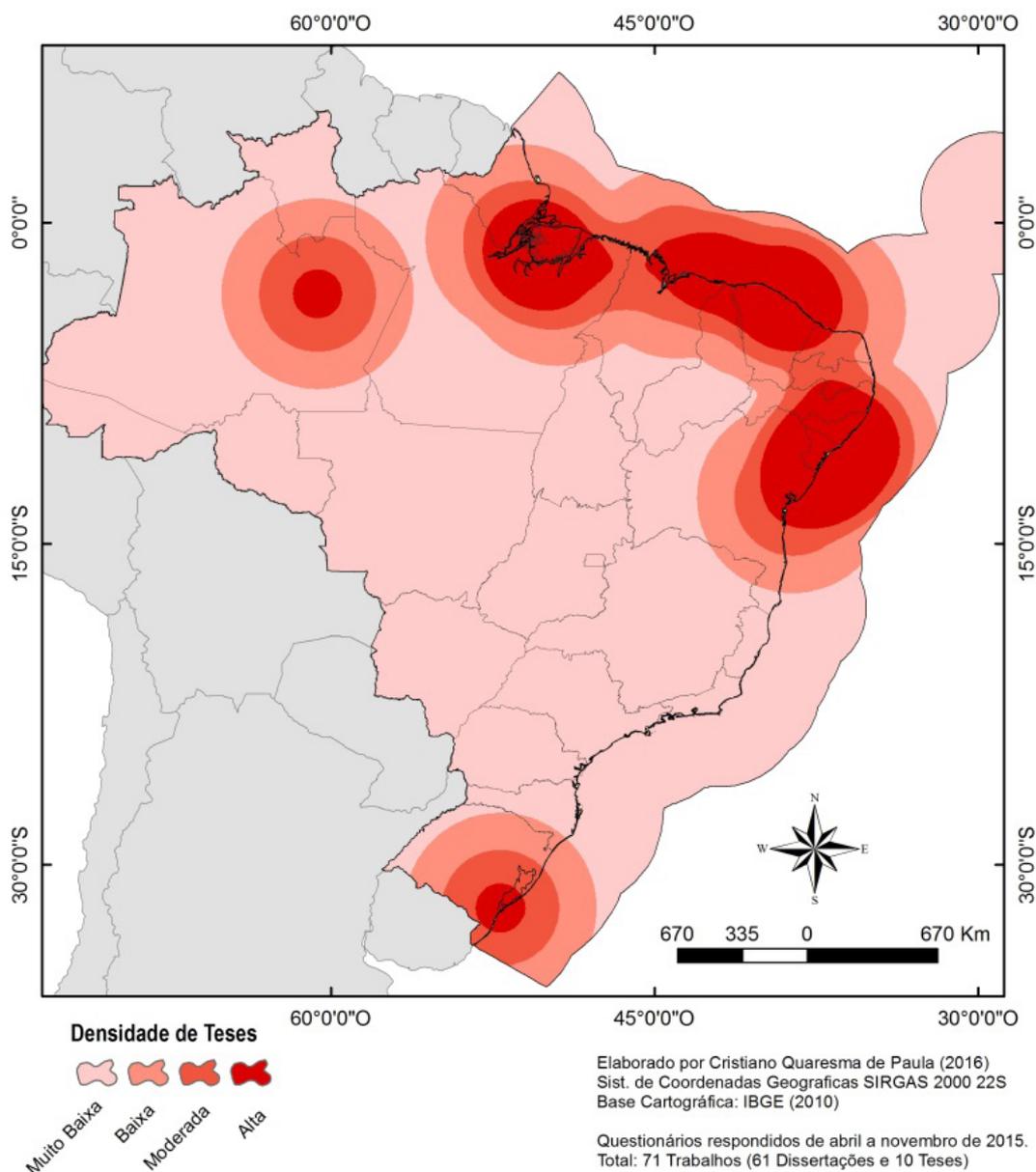
Foram analisadas 10 teses de doutorado (Figura 10), das quais 50% correspondem à

Região Nordeste. A Região Norte contém 40% das áreas de pesquisa analisadas por meio das teses de doutorado. A Região Sul concentra 10% das teses, e as demais regiões não tiveram áreas de estudo analisadas no doutorado. As geografias da pesca que se expressam por meio das teses de doutorado referem-se prioritariamente à Região Nordeste.

Figura 10 – Mapa de densidade de trabalhos (teses de doutorado).

GEOGRAFIAS DA PESCA ARTESANAL BRASILEIRA:

Densidade de Trabalhos (Teses de Doutorado)



Fonte: Elaborado por De Paula (2018).

Ao se comparar o mapa de densidade das pesquisas analisadas com o de densidade de dissertações de mestrado, constata-se que são bem semelhantes. Assim, do ponto de vista da densidade, as dissertações de mestrado correspondem à abrangência das áreas de estudo das geografias da pesca artesanal brasileira. Apesar do número mais restrito de teses de doutorado analisadas (10), nota-se um comportamento diverso das dissertações. As áreas de pesquisa de teses estão muito concentradas no Nordeste brasileiro.

Diálogos entre geógrafos e sujeitos sociais

Andrade (1999) ressalta que o processo de institucionalização da geografia brasileira e os rumos do pensamento geográfico estão muito vinculados aos momentos históricos. Mas o que o momento histórico atual apresenta à geografia brasileira? Do ponto de vista institucional, entende-se que se trata do período de expansão e de consolidação da pós-graduação em Geografia. Destaca-se que a intensificação deste processo se deveu a políticas de Estado, especificamente a partir do ano de 2005, e que este contexto foi mais intenso no período em que o Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu a Presidência da República (2003-2016).

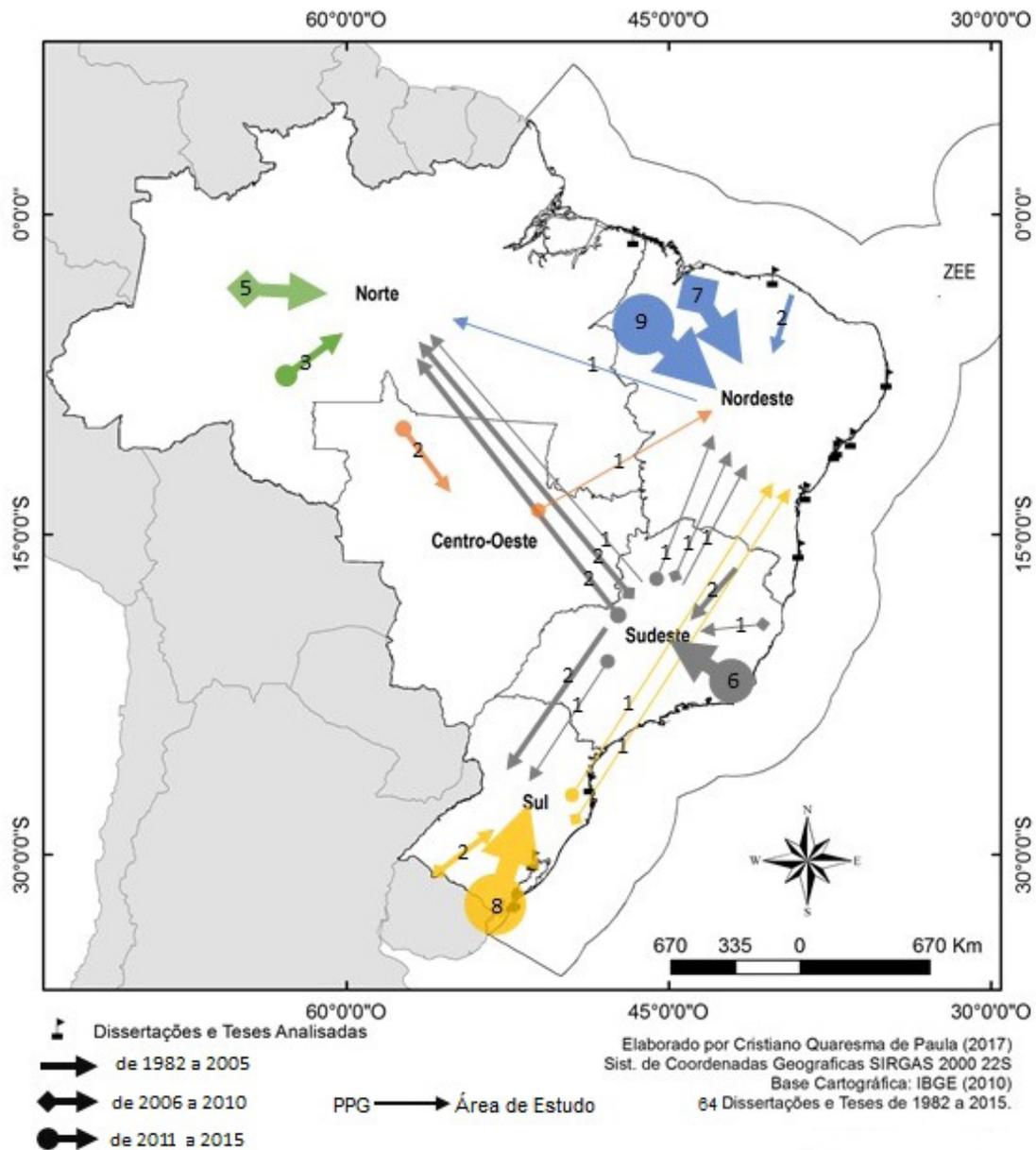
O processo de expansão da pós-graduação em Geografia é de grande importância na compreensão da pesquisa em geografia, no tempo presente. Este suporte histórico/institucional possibilita compreender os contextos em que foram estabelecidas geografias da pesca artesanal brasileira, pois se, de um lado, inseriram-se atores e condições sociais que estavam invisibilizados nas análises, de outro lado, a expansão da pós-graduação abriu a possibilidade para outros sujeitos se inserirem como pesquisadores, e, assim, apresentarem o Brasil a partir da análise de processos em que estão implicados.

Com base no mapa seguinte (Figura 11), será apresentada a relação entre os programas de pós-graduação em que as pesquisas foram realizadas e as áreas de estudo, por região e período.

Figura 11 – Mapa de relação entre programas de pós-graduação e áreas de estudo, por região e período.

GEOGRAFIAS DA PESCA ARTESANAL BRASILEIRA:

Relação entre Regiões dos PPGs e Áreas de Pesquisa (1982-2015)



Fonte: Elaborado por De Paula (2018).

Num primeiro momento (até 2005), pode-se observar que poucos programas de pós-graduação (4) realizam tais pesquisas e que estes estão situados prioritariamente na Região Sudeste, onde se destaca o Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP. Contudo, analisando-se as áreas de pesquisa, observa-se que as setas do Sudeste se direcionam para Sudeste, Nordeste, Norte e Sul, e as do Nordeste se direcionam para Nordeste e Norte. Sendo assim, observa-se que a área de estudo não está vinculada ao local do curso de pós-graduação.

Num segundo momento (de 2006 a 2010), são 14 programas de pós-graduação envolvidos nessas pesquisas, em quatro regiões brasileiras (a Região Centro-Oeste ainda não estava contemplada). Nesse período, observa-se um salto em pesquisas que abordam áreas de estudos das regiões Nordeste e Norte, sendo a maioria destas realizada por programas da própria região. Ressalta-se que estes programas (do Nordeste e do Norte) não realizam pesquisas em outras regiões. Um comportamento distinto se observa nos programas do Sudeste e Sul. A Região Sudeste, nesse período, tem áreas de estudos mais fora do que dentro da própria região (setas voltadas para Norte e Nordeste).

Num terceiro momento (de 2010-2015), são 24 programas de pós-graduação de Geografia envolvidos, e o comportamento das regiões Norte e Nordeste, onde as pesquisas em pesca são realizadas em áreas de estudo no âmbito da própria região, se mantêm. Na Região Sudeste, contudo, além de se continuar pesquisando em outras regiões, há o aumento de áreas de estudo na própria região. Na Região Sul, a dinâmica é intermediária, com o aumento significativo de pesquisas nos programas em áreas de estudo da região, e mantém, mesmo que em número reduzido, pesquisa com área de estudo no Nordeste. Nesse período, iniciam as pesquisas realizadas na Região Centro-Oeste, que são realizadas pelos programas da própria região, contudo, há caso de área de estudo na Região Nordeste.

Nesse contexto, é fundamental destacar o aumento significativo de pesquisas na geografia sobre pesca artesanal, nas regiões Nordeste e Norte, realizadas por programas da própria região. Isto está muito relacionado aos Planos Nacionais de Pós-Graduação (2005-2010/2011-2020), que permitiu o avanço da pós-graduação e, dessa forma, a visibilidade de áreas e situações de pesquisa até então não contempladas. Observa-se também um maior envolvimento entre pesquisadores e contextos de pesquisa.

Destaca-se a particularidade das pesquisas em pós-graduação, na Região Sudeste, que abordam a pesca em áreas de estudo de outras regiões (Nordeste e Norte). Num primeiro momento, as pesquisas nestes programas acontecem, prioritariamente, fora da região Sudeste, mas, na atualidade, cresceram dentro desta região e se mantêm ocorrendo em

outras regiões. Nesse contexto, mais do que pesquisadores externos ao contexto de pesquisa, se observa o deslocamento de pesquisadores de outras regiões para o Sudeste – que, até os anos 1990-2000, concentrava os cursos (MENDONÇA, 2005; SUERTEGARAY, 2007) –, mas que mantêm a área de estudo da região de origem.

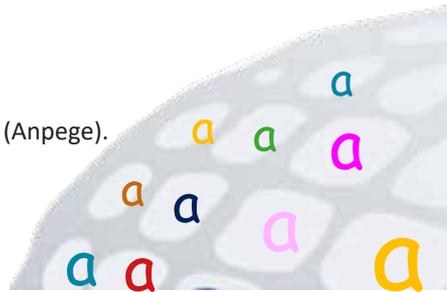
Em todas as regiões, cresce o número de pesquisas desenvolvidas por programas de pós-graduação sobre áreas de estudo da própria região. Para pensar na possibilidade de trabalhos em rede, é fundamental atentar para o potencial de diálogo dentro das próprias regiões, a partir de problemáticas comuns.

Cabe ainda destacar a influência do momento histórico sobre as problemáticas e abordagens promovidas pela geografia. Se a Revolução de 1930 favoreceu a geografia tradicional, a Ditadura Militar promoveu a geografia quantitativa e a abertura democrática favoreceu a geografia crítica (ANDRADE, 1999), compreende-se que este ciclo de governo de esquerda também provocou mudanças no pensamento geográfico brasileiro. Isto se deveu tanto à distribuição geográfica dos programas de pós-graduação, quanto à pluralidade de problemáticas e abordagens.

Nesse período, foram sancionadas leis que suscitaram importantes debates na geografia, como, por exemplo, a Lei Maria da Penha (2006) e o Estatuto de Igualdade Racial (2010). No âmbito da pesca, destacou-se a Lei de Concessão de Seguro-Defeso aos Pescadores Artesanais (2003). Por outro lado, dentro do contexto político neoliberal, foram instituídas leis que também provocaram debates e críticas no meio acadêmico, como o Novo Código Florestal (2012).

Cabe enaltecer, nesse período, a emergência de novos movimentos sociais (SANTOS, 2001), muitos deles relacionados a antigos movimentos sociais, que também trouxeram à tona problemáticas de grupos até então excluídos e invisibilizados. Destacou-se a criação do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, em 2009, este muito relacionado com o Conselho Pastoral da Pesca, a Comissão Pastoral da Terra, a Liga Campesina e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Na pesca, outros movimentos em escalas local e regional foram criados, e, além disso, houve, por parte de políticas do próprio Estado, a promoção de associações e cooperativas de pescadores artesanais, fomentada no governo de Luis Inácio Lula da Silva (PT) a partir da criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), em 2003.

Nesse sentido, se entende que o próprio contexto político incitou à geografia. Diante das questões apresentadas pela sociedade em movimento, este campo do conhecimento



elaborou meios teóricos e metodológicos para estabelecer respostas. Assim, a geografia brasileira abriu espaço para a inserção de novos sujeitos sociais, como os pescadores artesanais, que, até então, estavam invisibilizados na pesquisa geográfica.

Sobre os pescadores artesanais, a maior parte dos trabalhos analisados aponta que o diálogo se dá no âmbito das comunidades, contudo, estes também são frequentes sobre colônias e associações de pescadores. Em cada um desses contextos, se observam limites e possibilidades que valem ser brevemente discutidos. Entende-se esta possibilidade de diálogo com os sujeitos sociais a partir de Leff (2006), que propõe os diálogos de saberes. No campo científico, isto permite recuperar e reconstruir outras versões da história e da ciência, abrindo novos caminhos para histórias globais e multiculturais do conhecimento, superando a colonialidade do saber (SANTOS et. al., 2006).

O diálogo com as comunidades tem permitido conhecer a pesca artesanal brasileira e a relação entre *território água* e *território terra* (de moradia e vivência). Estes expressam os modos de viver e os enfrentamentos que as comunidades estabelecem frente a diversos contextos; expõem a vida no lugar e no cotidiano, bem como as estratégias para a subsistência e a resistência. Tais abordagens trazem à dimensão política, por meio de debates, acordos comunitários e defesa do território. Contudo, a dimensão política não se apresenta no campo institucional.

O diálogo institucional com as comunidades tem se manifestado no âmbito das associações e cooperativas de pescadores. Estas entidades têm aberto espaços para a discussão democrática sobre as problemáticas da pesca e sociais dos pescadores artesanais, bem como têm contestado a representação das colônias de pescadores. Além disso, costumam envolver os pesquisadores no seu processo de constituição, favorecendo o debate político institucional, cujos encaminhamentos têm sido analisados nas pesquisas sobre a pesca artesanal brasileira.

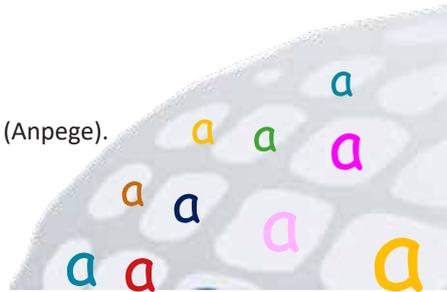
Tomando por base essas instituições, cabe enfatizar os limites do diálogo, sobretudo, entre associações e colônias de pescadores. Isto porque, muitas vezes, as associações são criadas frente aos descontentamentos dos pescadores com as colônias. Sendo assim, se estabelece um contexto de disputas, acerca de qual entidade tem o direito de representar os pescadores artesanais. Estas situações conflituosas acabam por dividir as comunidades de pescadores em grupos políticos, levando a implicações nos territórios tradicionais, como será comentado mais adiante.

Em relação à frequência do diálogo estabelecido entre pesquisadores e colônias de pescadores, é importante enfatizar que, frequentemente, esta decorre do reconhecimento social que tais instituições possuem como organização da pesca artesanal. Sendo assim, as colônias fornecem informações, documentos, proporcionam reuniões e, em certa medida, preservam a história da pesca da região. Contudo, não costumam proporcionar o debate político mais amplo e horizontal, limitando a análise das tensões que ocorrem no território.

É importante, ainda, atentar para a presença, cada vez maior, das organizações de pescadores, na perspectiva dos novos movimentos sociais (SANTOS, 2001). Identifica-se uma série de grupos organizados que representam interesses coletivos localizados, mas possivelmente universalizados. Nesse sentido, cabe enfatizar os fóruns de pescadores, como, por exemplo: o Fórum Delta do Jacuí, o Fórum da Lagoa dos Patos, o Fórum de Pescadores em Defesa da Baía de Sepetiba, o Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná (MOPEAR) e a Articulação Nacional de Pescadoras. Em escala nacional, se destaca a ação do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP). Ressalta-se que o diálogo com os movimentos sociais apresenta diferenças, pois se pressupõe que o trabalho do pesquisador corresponda às expectativas do grupo, logo, não é o pesquisador que estabelece a agenda de pesquisa, mas esta deve ser dialogada e construída conjuntamente.

Ainda em relação aos diálogos entre pescadores e geógrafos, é fundamental a superação da hierarquia estabelecida pela ciência moderna entre o conhecimento científico e o tradicional. Também é importante reconhecer, nos saberes tradicionais, a possibilidade de ligação entre conhecimento e prática, entre saber e pensar (SANTOS et al., 2006). Nesse sentido, os caminhos apresentados por Leff (2006), na perspectiva da racionalidade ambiental, devem ser amplamente empregados nas pesquisas, pois relacionam conhecimentos tradicionais e científicos, distinguem sem separar (MORIN, 1990). Dessa maneira, é fundamental conhecer a ação comunicativa que se estabelece (DE PAULA, 2013), proposta por Habermas (2012a, 2012b), e a tradução intercultural de Santos (2002), em que o primeiro expõe a dialógica a partir dos mundos da vida em que estão situadas as compreensões, e o segundo propõe reconhecer o que tem em comum entre compreensões de diferentes culturas.

Frente aos limites do conhecimento científico, principalmente daqueles produzidos dentro de lógicas assimétricas de poder e dominação, tem sido promovidas iniciativas como a constituição de epistemologias contra-hegemônicas (SANTOS, 2007) e discussões a respeito da colonialidade do saber (QUIJANO, 2005). Assim, discute-se a promoção de outras racionalidades (LEFF, 2006). Percebe-se que essas discussões, que são contemporâneas, também têm influenciado as abordagens das geografias da pesca.



Conclusões

O estágio atual da geografia brasileira pode ser compreendido a partir de três tendências. A primeira se refere, institucionalmente, ao processo de expansão dos programas de pós-graduação em Geografia no território nacional, resultado de políticas públicas. O segundo diz respeito ao pensamento geográfico, que, a partir da geografia crítica, insere na análise geográfica sujeitos e contextos sociais que, até então, estavam invisibilizados. O terceiro diz respeito propriamente a estes sujeitos que passam a ser evidenciados em políticas públicas próprias, e que resultam da luta por direitos encampadas pelos novos movimentos sociais.

O processo de institucionalização da geografia, no presente, apresenta como importante referencial o processo de expansão da oferta de pós-graduação em âmbito nacional. Isto se deve às políticas de Estado, principalmente implementadas a partir de 2005, por meio dos Planos Nacionais de Pós-Graduação (2005-2010 e 2011-2020). Assim, programas de diversas regiões passam a ser inseridos no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em um primeiro momento, e mesorregionalmente, em um segundo momento. Essa oferta, além de proporcionar cursos de mestrado e doutorado a um público maior, também fomentou o desenvolvimento de pesquisas em áreas de estudo que antes não eram abordadas pelos geógrafos.

Esse momento da execução da política pública deve ser registrado para que estudos posteriores possam averiguar a repercussão da interrupção desta proposta dos governos de esquerda no Brasil, que implementaram os Planos Nacionais de Pós-Graduação de 2005-2010 e 2011-2020. No caso das pesquisas sobre a pesca artesanal, observa-se que elas se tornaram “possíveis” principalmente durante os governos de Luís Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff (2002-2016). Neste contexto de política pública, na geografia, ganharam visibilidade novos sujeitos (no caso desta pesquisa, os pescadores artesanais), assim como os sujeitos pesquisadores, que tiveram a possibilidade de dar continuidade aos seus estudos, bem como de desenvolvê-los em áreas de pesquisa em que estão intrinsecamente envolvidos.

Acrescenta-se que a emergência das pesquisas sobre a pesca artesanal, na leitura aqui apresentada, também ganha sustentação no âmbito do pensamento geográfico crítico, preocupado com os contextos de tensão em que se encontram os sujeitos sociais. Ressalta-se que não se pretende associar o momento atual à geografia crítica, proposta nos anos 1970 e 1980, mas compreendê-la em movimento. Tais estudos também são estimulados por críticas à colonialidade do saber (e do poder) presente no modelo eurocêntrico de ciência, e, assim, ganham ênfase nas análises sujeitos que, até então, eram desprestigiados, como os povos originários e tradicionais.

Tais sujeitos, cada vez mais, ganham espaço também devido à sua presença em políticas públicas próprias. Estas políticas são resultados das lutas dos novos movimentos sociais, que integram em suas reivindicações direitos de cidadão e políticas específicas. O direito à diferença também se deve às relações que esses sujeitos estabelecem entre si, com a sociedade geral e com o ambiente. O destaque desses sujeitos tem chamado a atenção dos geógrafos, sobretudo, pela dimensão territorial evidente nas demandas relacionadas às questões ambientais.

Referências

1. ANDRADE, Manoel C. de A. **A construção da geografia brasileira**. In: *RA'EGA*. Espaço Geográfico em Análise, v. 3, 1999, pp. 19-34.
2. BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Persona, 2007.
3. BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento da área**. Área 36 Geografia/Coordenação de Pessoal de Nível Superior. Brasília/DF: CAPES, 2016, 42p.
4. _____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2005-2010**/Coordenação de Pessoal de Nível Superior. Brasília/DF: CAPES, 2010, 91p.
5. _____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020**/Coordenação de Pessoal de Nível Superior. Brasília/DF: CAPES, 2010, 309p.
6. DE PAULA, Cristiano Quaresma. **Gestão compartilhada dos territórios da pesca artesanal**: Fórum Delta do Jacuí. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2013, 129p.
7. _____. **Geografia(s) da pesca artesanal brasileira**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, 2018. 451p.
8. FRANÇA, Ary. **A Ilha de São Sebastião**: estudo de geografia humana. São Paulo: Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, 1954, 194p.
9. GUILHERME, Cássio Augusto. **De Dilma a Temer**: da crise do lulismo ao golpe do pemedebismo. In: *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História*. Contra os preconceitos: história e democracia. 2017. Disponível em <http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502040383_ARQUIVO_ArtigoCompleto-Anpuh2017-deDilmaaTemer.pdf>. Acesso em 12 out 2017.

10. HABERMAS, Jürguen. **Teoria do agir comunicativo** – racionalidade da ação e racionalização do social. São Paulo: Martins Fontes, v. 1, 2012a.
11. _____. **Teoria do agir comunicativo** – sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: Martins Fontes, v. 2, 2012b.
12. LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
13. MENDONÇA, Francisco. **Temas, tendências e desafios da geografia na pós-graduação brasileira**. In: *Revista da ANPEGE*, v. 2, n. 2, 2005, pp.7-20.
14. MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 20ª ed., São Paulo: Annablume, 2005, 152p.
15. MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.
16. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A geografia está em crise. Viva a geografia!** (Comunicação apresentada no 3º Encontro Nacional de Geógrafos). In: *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 5, 1978.
17. QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Títulos del Programa Sur-Sur: CLACSO, 2005, pp. 107-130.
18. SANTOS, Boaventura de Sousa. **Los nuevos movimientos sociales**. In: *Revista del Observatorio Social de América Latina/OSAL*, 5, 2001, pp.177-188.
19. _____. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. In: *Revista Novos Estudos Cebrap*, n. 79, 2007, pp. 71-94.
20. _____. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, 2002, pp. 237-280.
21. _____.; MENESES, Maria Paula G.; NUNES, João Arriscado. **Conhecimento e transformação social: por uma ecologia de saberes**. In: *Hiléia – Revista de Direito Ambiental da Amazônia*, n. 6, 2006, pp.11-104.
22. SILVA, José B. da.; DANTAS, Eustógio W. C. **A pós-graduação em Geografia no Brasil: uma contribuição à política de avaliação**. In: *Revista da ANPEGE*, n. 2, 2005, pp. 21-37.
23. SPÓSITO, Eliseu Severio. **A pós-graduação em Geografia no Brasil: avaliação e tendências**. In: SPÓSITO, E. S.; SILVA, Charlei A. da; SANT'ANNA NETO, João L.; MELAZZO, Everaldo S. *A diversidade da geografia brasileira*. Escalas e dimensões da análise e da ação. Rio de Janeiro: Consequência, 2016, pp. 523-543.

24. SUERTEGARAY, Dirce Maria A. **A expansão da pós-graduação em Geografia e a ANPEGE.** In: *Revista da ANPEGE*, v. 1, n. 01, 2003, pp. 17-32.
25. _____. **Rumos e rumores da pós-graduação e da pesquisa em geografia no Brasil.** In: *Revista da ANPEGE*, v. 3, 2007, pp. 11-19.

